

## *O Pacífico Sul na geoestratégia naval chinesa*

### *The South Pacific in Chinese Naval Strategy*

PAULO AFONSO BRARDO DUARTE<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo visa aumentar o conhecimento sobre a importância do Pacífico Sul no quadro da *Nova Rota da Seda* marítima da China. O principal argumento reside no facto de que existem vários aspetos logísticos, políticos, económicos e militares/navais, que explicam o interesse chinês nesta região, menos estudada comparativamente a outras áreas onde a Nova Rota da Seda chinesa é mais ativa. O Pacífico Sul é um laboratório extraordinário de afirmação e projeção do poder naval de potências como a China, que se esforçam por ampliar e melhorar a sua marinha de guerra. A análise hermenêutica é a metodologia em que assenta a presente investigação. Contrariamente à ideia de um jogo de soma nula na região, preconizamos uma via média, ao jeito do construtivismo, que não reduz a realidade a um determinismo vencedores *vs* vencidos, prevendo um certo espaço para a cooperação entre os vários atores interessados no Pacífico Sul.

**Palavras-chave:** China, Pacífico Sul, Poder Naval.

**Abstract:** This paper aims to increase knowledge about the importance of the South Pacific within the framework of China's *New Silk Road*. The central argument is that there are several logistic, political, economic and military/naval issues which explain Beijing's interests in this region, less studied in comparison to other areas where China's *New Silk Road* is more active. The South Pacific is an extraordinary laboratory of affirmation and projection of naval power of powers such as China, which strive to expand quantitatively and enhance qualitatively their Navy. The hermeneutic analysis is the methodology supporting this investigation. Instead of the idea of a zero-sum game for the region, we advocate a *via media*, more like in Constructivism, which does not reduce reality to the determinism of winners *vs* losers, foreseeing a certain space for cooperation among the various actors interested in the South Pacific.

**Keywords:** China, South Pacific, Naval Power.

---

<sup>1</sup>Doutorando em Relações Internacionais na Université Catholique de Louvain (Bélgica) e Instituto do Oriente (Lisboa). **Endereço para correspondência:** Rua do Outeiro, 18, Adaúfe, 4710-563 Braga, Portugal. **Email:** [duartebrardo@gmail.com](mailto:duartebrardo@gmail.com)

Recebido em:  
20 de Agosto de 2015

Received on:  
August 20, 2015

Aceito em:  
27 de Outubro de 2015

Accepted on:  
October 27, 2015

DOI: 10.12957/rmi.2015.18289

## 1. Introdução

Este artigo analisa os contornos da presença chinesa nas ilhas do Pacífico Sul, uma das regiões mais descuidadas pelos media internacionais, à exceção, eventualmente, da evocação do caráter exótico dos seus corais e praias paradisíacas que figuram nos pacotes das agências de viagem e no imaginário de grande parte das pessoas. Todavia, o Pacífico Sul não se restringe a um mero aglomerado de ilhas remotas dotadas de paisagens fora do comum. Com efeito, e embora não sejam, por ora, um alvo prioritário da atenção das grandes potências, estas ilhas têm vindo a ganhar paulatinamente uma importância geoestratégica num contexto de securitização das linhas marítimas de comunicação e de acesso aos recursos minerais e energéticos. Acrescente-se que o Pacífico Sul é um laboratório extraordinário de afirmação e projeção do poder naval de potências como a China, que procuram ampliar quantitativamente a sua marinha de guerra, dotando-a, simultaneamente, de um grau de sofisticação suscetível de lhe permitir operar em águas cada vez mais distantes.

O remoto e pouco estudado Pacífico Sul é relevante no seio da *Nova Rota da Seda* marítima chinesa, enquanto elo de ligação, escala e fonte de

aprovisionamento em minérios e energia. Além disso, o Pacífico Sul constitui uma espécie de *espaço vital* de que uma potência com ambições marítimas necessita para se desenvolver e projetar. Antecipando as principais conclusões, consideramos infundada a tese de que as incursões chinesas no Pacífico Sul constituem uma qualquer ‘ameaça’ aos interesses da superpotência norte-americana, ou mesmo da Austrália, enquanto hegemona regional. Embora as manobras de poder e influência no Pacífico Sul estejam imbuídas de várias marcas típicas da escola realista, não subscrevemos, contudo, a ideia de um jogo de soma nula na região. Ao invés, preconizamos uma via média, mais ao jeito do construtivismo, que não reduz a realidade a um determinismo de vencedores vs vencidos, prevendo um espaço para uma certa cooperação entre os vários atores interessados no Pacífico Sul.

Convictos de que o comportamento dos Estados, o poder ou a influência não se traduzem em realidades tangíveis ou fórmulas matemáticas, ou meras estatísticas, assumimos, desde já, que o recurso ao método qualitativo, através da análise hermenêutica, é a metodologia que suporta esta investigação.

## 2. O Contexto

O interesse pelo Pacífico Sul não pode ser dissociado do contexto que pauta a política externa chinesa da atualidade, ou seja, a importância do aprovisionamento energético, a emergência da *Nova Rota da Seda* marítima e a evolução do pensamento marítimo chinês. Começando pela temática da segurança energética, esta é uma questão, simultaneamente, de segurança internacional e nacional. Para Worley, “um país deve ter um acesso permanente aos recursos energéticos, correndo um risco mínimo de que estes se esgotem” (2006, p.2). Ora, tal leva a que muitos Estados procurem explorar melhor as suas reservas energéticas. Contudo, estas nem sempre são suficientes para assegurar as necessidades energéticas de um país, criando, naturalmente, uma fonte de insegurança para o próprio. No caso da China, a questão da segurança energética é ainda mais premente à medida que o Governo procura concretizar os seus objetivos de modernização e de prosperidade coletiva.

No seu esforço de securitização energética, a China de Xi Jinping possui uma visão de caráter universal, alicerçada na promoção do comércio enquanto fonte de paz entre os povos, bem como na revitalização de vários elos logísticos ao nível terrestre e marítimo. As incursões chinesas no Pacífico Sul devem ser analisadas no contexto da *Nova Rota da Seda* chinesa, entendida como um instrumento ao serviço de uma ‘*Grande estratégia*’, baseada, por sua vez, na defesa do interesse nacional chinês e na busca de acessos estratégicos, entre outros, a recursos naturais, a mercados e vias de escoamento.

É interessante constatar que embora a proposta inicial da *Nova Rota da Seda* marítima chinesa ignorasse por completo o Pacífico Sul, Pequim recuou, quiçá consciente da gravidade de tal facto, tendo decidido incluir a região “no mais recente mapa oficial de demonstração da *One Belt One Road* chinesa” (China Daily 2015, para.2).

## 1. A Nova Rota da Seda expandida



Fonte: [www.chinadialogue.net/article/show/single/en/7849-China-s-new-silk-roads-tie-together-3-continents](http://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/7849-China-s-new-silk-roads-tie-together-3-continents)

Assistimos atualmente a uma mudança física (que engloba uma crescente modernização dos meios militares), acompanhada por uma evolução do pensamento estratégico. À medida que a China se torna mais forte militarmente, ousará ‘arriscar’ mais, pois sabe que poderá contar com os seus recursos para tal. Desta forma, ela será capaz de se afastar gradualmente das suas zonas costeiras para conduzir ou apoiar operações militares em mar aberto. A estratégia militar chinesa mudou o seu pensamento operacional relativamente aos submarinos de ataque, porque se estes outrora patrulhavam perto da costa para evitar uma invasão, atualmente são mobilizados para águas mais distantes

para protegerem os interesses marítimos da nação.

Assistimos atualmente a uma mudança física (que engloba uma crescente modernização dos meios militares), acompanhada por uma evolução do pensamento estratégico. À medida que a China se torna mais forte militarmente, ousará ‘arriscar’ mais, pois sabe que poderá contar com os seus recursos para tal. Desta forma, ela será capaz de se afastar gradualmente das suas zonas costeiras para conduzir ou apoiar operações militares em mar aberto. A estratégia militar chinesa mudou o seu pensamento operacional relativamente aos submarinos de ataque, porque se

estes outrora patrulhavam perto da costa para evitar uma invasão, atualmente são mobilizados para águas mais distantes para protegerem os interesses marítimos da nação.

Esta China mais ousada também beneficiou – à semelhança da Rússia, Índia, Irão, EUA, Japão e União Europeia – com o envio dos seus navios-patrolha para as águas assoladas pela pirataria marítima no Oceano Índico. Pequim parece ter entendido a necessidade de uma força naval pujante para proteger o país; que uma potência que não compreende a importância dos oceanos é uma potência sem futuro; e que uma potência incapaz de defender os seus direitos marítimos nunca será uma potência marítima por muito tempo.

Como forma de recuperar o atraso tecnológico da sua marinha face às de países como o Japão ou os EUA, a China tem vindo a substituir as velhas unidades costeiras por navios mais modernos. A marinha do Exército de Libertação Popular (do inglês *PLAN*) constitui um instrumento que permite à China cumprir as suas ambições regionais e, simultaneamente, posicionar o país entre as grandes potências navais na região.

O comportamento naval chinês, neste novo século, é estreitamente

influenciado pelas teses do norte-americano Alfred Mahan. Segundo este, o domínio dos mares deve ser uma prioridade devido à liberdade dos mares e à exploração das rotas marítimas comerciais: o comércio subentende uma marinha mercante e uma marinha de guerra para o proteger, bem como pontos de apoio nas vias marítimas. Ora, se as teses de Mahan são conhecidas pelas doutrinas navais de países como a Índia ou os EUA, porque é que chamam, cada vez mais, a atenção de Pequim? A China tornou-se mais pragmática, ousando arriscar mais. Tal significa, em termos operacionais, que Pequim investe cada vez mais numa estratégia de *sea denial*, afastando-se gradualmente, da simples defesa das costas chinesas. A longo prazo – cerca de 20 anos – a China estará em condições de constituir uma *blue-water navy*.

A estratégia chinesa neste novo século não se limita, de modo algum, a defender as suas fronteiras terrestres. Pelo contrário, as fronteiras chinesas do século XXI englobam, doravante, também as ‘fronteiras’ dos interesses económicos, vitais para o desenvolvimento harmonioso de uma superpotência em formação. É neste contexto que podemos compreender a preocupação de Pequim em proteger as linhas marítimas comerciais. De facto, a



China tem perfeita consciência de que, para se desenvolver, necessita de novos mercados para exportar os seus produtos e importar matérias-primas.

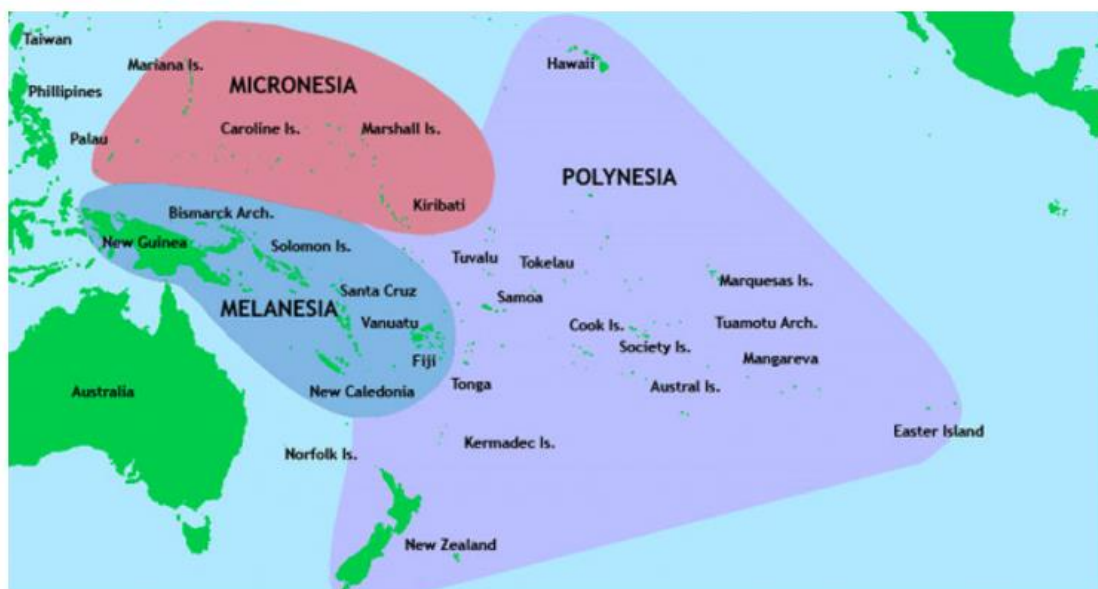
### ***3. As incursões chinesas no Pacífico Sul***

Antes de abordarmos os interesses chineses no Pacífico Sul, procedamos a uma breve caracterização geográfica desta vasta região. Schofield oferece, a este respeito, uma descrição exímia:

“Os Estados insulares do Pacífico abrangem doze Estados independentes localizados no Oceano Pacífico Ocidental e Central: os Estados

Federados da Micronésia, Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Nauru, Palau, Papua-Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu. Além disso, dois Estados, as Ilhas Cook e Niue, estão livremente associadas à Nova Zelândia enquanto outro território, Tokelau, depende da Nova Zelândia. Existem também alguns territórios dependentes ou em livre associação com potências metropolitanas extra-regionais, como a França (Polinésia francesa, Nova Caledónia, Wallis e Futuna), o Reino Unido (Ilhas Pitcairn) e os Estados Unidos (Samoa Americana, Guam e Ilhas Marianas do Norte)” (2010, p.157).

### ***2. Mapa do Pacífico Sul***



Ocupando um total de 550 000 km<sup>2</sup> de terra, “os Estados insulares do Pacífico abrangem 25 países e territórios espalhados por mais de 25 000 ilhas e ilhéus do Oceano Pacífico Ocidental e Central” (Costa e Sharp 2011, p.2). Estas ilhas são passíveis, ao nível cultural, de ser agrupadas em três tegiões: Micronésia, Polinésia e Melanésia.

Embora os interesses militares chineses estejam focados no Mar do Leste da China, concretamente em Taiwan e no contencioso envolvendo as ilhas, ilhéus e zonas económicas exclusivas com os países vizinhos, o Pacífico Sul, embora remoto, não pode ser descurado. Com efeito, esta região é importante no quadro de uma tendência de longo prazo, que envolve a modernização da marinha de guerra chinesa, e, no curto e médio prazo, a sempre premente securitização das linhas marítimas de comunicação, através das quais circula a maior parte do comércio chinês. Segundo Lintner, “a ambição da China em desenvolver uma *blue-water navy* que, por ora, não possui, tenderá a aumentar ainda mais o seu interesse no Pacífico” (2006, para.16).

A relevância do Pacífico Sul para a China não se restringe ao espaço estratégico necessário para uma marinha de guerra operar em alto-mar,

projetando simultaneamente potência. De facto, “para Pequim, o Pacífico Sul tornou-se uma base para observar as atividades militares norte-americanas e japonesas no Pacífico”, além de desempenhar um papel fundamental no âmbito do programa espacial chinês, mais concretamente “ao receber a reentrada de uma nave espacial na Terra” (Brady 2010, p.120). As ilhas do Pacífico Sul são também importantes para a China, na medida em que constituem “um mecanismo indispensável e uma estação de reabastecimento para a única via marítima nesta região”, tendendo a desempenhar um papel (mais) preponderante, “como estações de transferência e de abastecimento”, no quadro das expedições científicas chinesas (e, no futuro, associadas ao turismo polar) à Antártida (Chang Sen 2015, p.7). Mas, importa notar que contrariamente a outras regiões do mundo, como a Ásia Central, onde a China tem sido extremamente cautelosa nos seus avanços – já que o espaço centro-asiático é, para todos os efeitos, o *near abroad* da Rússia – o Pacífico Sul, por sua vez, não coloca esse constrangimento. Em parte, porque existe em Pequim “uma percepção de um vazio de influência [na região]”, sendo que a superpotência norte-americana se encontra, no essencial, focada (ao nível securitário) noutras

regiões do mundo, como o Médio Oriente (Mathews 2013, p.7).

Num contexto em que a *PLAN* evoluiu de uma marinha de ‘*águas castanhas*’, pouco capaz, para uma de ‘*águas verdes*’, com vista à sua transformação numa marinha de *águas azuis*, especialistas como Colluci consideram que “[a China] está em vias de reavivar um navalismo do século XIX, percebendo que o caminho para o estatuto de grande potência, para a proteção do comércio internacional, e capacidade de intimidação, passa pelo poder marítimo” (2015, para.4). Ilustrativo dessa assertividade naval, neste caso no Pacífico Sul, recordemos o episódio de fevereiro de 2014 e seus impactos geopolíticos:

“ao fazer passar três pequenos navios de guerra pelo posto avançado da Austrália, na Ilha de Natal, [...], a China estava a dizer-nos que a era da predominância marítima do Ocidente chegou ao fim. Estava a dizer-nos que a China está de volta enquanto grande potência na Ásia, e a Austrália deve aprender a tratá-la com o respeito que as grandes potências exigem [...]. Militarmente, à medida que a preponderância naval dos EUA na Ásia enfraquece, estamos a caminhar para uma nova era em que nenhum país terá a capacidade de projetar poder no mar se qualquer uma das grandes,

ou mesmo médias potências da região, se opuser a tal” (White 2014, para.2 & 13).

Imediatamente se gerou uma onda de inquietação na vizinha Austrália sobre as reais motivações subjacentes a tão incomum incursão chinesa naquela região, a primeira, aliás, a chegar tão perto da Austrália. Nada que, em verdade, seja estranho à tese de Colucci, para quem estes avanços navais chineses conferem, na prática, mais legitimidade à tal ideia do ‘renascimento do navalismo do século XIX’ que o autor preconiza. Num contexto em que a *PLAN* se afasta gradualmente da mera proteção costeira, “edificando uma estrutura de força de combate naval combinada, multi-funcional e eficiente”, Colucci nota que “pela primeira vez, os submarinos nucleares chineses (classe JIN) patrulharão águas internacionais, proporcionando assim a Pequim uma verdadeira capacidade de segunda ofensiva” (2015, para.3). Todavia, “uma vez que os responsáveis em Pequim percebem que ainda não conseguem combater a força naval dos EUA, de forma simétrica, eles estão a investir fortemente em guerra de informação e guerra ‘sem contato’, como estratégias de antiacesso e negação de área” (Colucci 2015, para.4). Tais iniciativas ganharam um novo ímpeto sob a presidência de Xi Jinping. Efetivamente,



o novo Presidente chinês defende que “a China deve adquirir o *hardware* naval para conseguir gerir estrategicamente os mares”, já que para Xi Jinping, “o poder marítimo é vital para o desenvolvimento do poder económico e diplomático do país, e para a sua conquista do estatuto de grande potência” (2015, para.12).

Num contexto em que a marinha chinesa já manifestou intenção de operar regularmente para além da chamada primeira cadeia de ilhas, que separa os mares do Sul da China, da China Oriental e Amarelo, do Oceano Pacífico, as ilhas do Pacífico Sul desempenham um papel importante no quadro de uma segunda cadeia de ilhas. Este é o entendimento de autores como Yu Chang Sen, para quem “as ilhas do Pacífico servem como uma segunda cadeia de ilhas, como lhe chamam os EUA, visando restringir a liberdade de manobra global da *PLAN*” (2015: 1). Os estrategas militares chineses estão conscientes de que é fundamental que a *PLAN* seja capaz de se expandir além da segunda cadeia de ilhas, para que a China possa efetivamente construir uma verdadeira *blue water navy*. Mas, “à medida que a China se desloca do perímetro da primeira cadeia de ilhas para a segunda cadeia de ilhas, sobrepôr-se-á à principal área militar de operações dos EUA no Pacífico, entrando em contato direto com a esfera

de influência da Austrália e da Nova Zelândia” (Buchanan 2009, para.25). Todavia, se a China souber gerir um bom relacionamento ao nível económico e político, e de cooperação militar com os Estados do Pacífico, será alta a probabilidade de a *PLAN* garantir uma presença permanente nesta segunda cadeia de ilhas. Até porque, a par da crescente sofisticação da marinha de guerra chinesa, existe um vazio de poder naval no Pacífico Sul, que a China poderá aproveitar, para concretizar as suas ambições estratégicas. Se não, vejamos:

“Os meios navais australianos estão ocupados com tarefas de patrulhamento no Oceano Índico, no Mar de Coral e no apoio a operações de carácter multinacional no estrangeiro. A Nova Zelândia dispõe de uma capacidade limitada [para operar em] águas azuis, e não consegue defender completamente as suas próprias águas territoriais. A presença naval francesa está limitada à Polinésia francófona. Pequenos Estados insulares como as Fiji dispõem, na melhor das hipóteses, de unidades de patrulha costeira, sendo que os EUA e os seus vizinhos latinos preferiram colocar as suas forças navais ao serviço de outras operações. Em resultado, o ambiente geoestratégico do Pacífico Sul foi deixado em aberto, com vista à exploração por um ator aspirante ao estatuto de grande potência e dotado da capacidade de o alcançar. Esse ator é a China” (Buchanan 2009, para.16).

### 3. Primeira e Segunda Cadeia de Ilhas



Fonte: <http://www.nippon.com/en/editor/f00021/>

Segundo Wallis, “o interesse estratégico mais significativo da China no Pacífico Sul é o acesso militar, cujo aspeto mais importante consiste na monitorização da inteligência de sinais” (2012, para.4). Ora, com vista ao desenvolvimento de uma vasta rede de *intelligence* na região, a China serve-se de “meios humanos localizados no seio de diásporas regionais chinesas recém-chegadas, bem como de meios eletrónicos terrestres e marítimos (por exemplo, em missões diplomáticas e na pesquisa oceânica, ou em navios de pesca)” (Buchanan 2009, para.18).

Não é descabido especular-se acerca da possível emergência de uma base militar chinesa no Pacífico Sul, já que a China tem vindo a aumentar progressivamente a sua capacidade de conduzir uma guerra de mísseis balísticos anti-navio de longo alcance. Loudon considera que “uma base naval nas Fiji ajudaria a PLAN a flanquear a crescente presença militar norte-americana em Guam e a aproximar-se mais das cruciais instalações de apoio balístico e espacial dos EUA em Kwajelain” (2008, para.13). Loudon estima que “a crescente cobertura por radar que uma base Fijiana daria à PLAN comprometeria toda a região enquanto zona de trânsito segura para as forças navais dos EUA” (2008, para.14). Não é, portanto, por acaso que Takahashi sustenta que “as Fiji são de imensa importância estratégica para a China, já que a sua localização lhe permitirá supervisionar a Austrália, a Nova Zelândia e o Havai” (2015, para.7).

### 4. Conclusão

É interessante notar que os países do Pacífico Sul são Estados de reduzido poder mas que, nem por isso, deixam de influenciar o comportamento do sistema internacional, alterando regras de jogo que antes eram dadas como imutáveis. Por outras palavras, embora territorialmente insignificantes e

geograficamente remotos, qualquer que seja a política chinesa face ao Pacífico Sul, ela deve ter em conta este poder *funcional* dos Estados da região, dotados de uma capacidade de ‘chantagem’ e de maximização dos seus interesses face aos dos das grandes potências. Efetivamente, em virtude dos seus recursos económicos e posição estratégica, os pequenos países do Pacífico Sul dispõem de um poder de escolha considerável, já que mesmo que uma grande potência se venha a desinteressar por eles, rapidamente, outra substituirá a anterior. Dito isto, a China deve ter sempre presente as dificuldades de uma relação assimétrica entre uma grande potência que ambiciona afirmar-se, e várias pequenas potências que não pretendem necessariamente uma parceria exclusiva, mas, ao invés, uma panóplia de ferramentas provenientes de diversos atores, com vista à maximização dos seus interesses.

Seria interessante que outros investigadores/artigos explorassem os interesses e desafios inerentes ao envolvimento, não só da China, como também de outros atores no Pacífico Sul. E, em concreto, como poderá a agenda de cada ator sobrepor-se, divergir e/ou afetar os próprios interesses chineses e norte-americanos na região? Estas são apenas algumas das

muitas pistas que é certamente possível desbravar-se num espaço em *devir*, e que só desde há alguns anos tem vindo a captar um crescente interesse por parte da China. Face a este cenário em mutação, será, igualmente, interessante observar como é que os EUA (a superpotência mundial) e a Austrália (o hegemom regional) reagem a estas contínuas e expetáveis incursões de terceiros no Pacífico Sul. O futuro nos mostrará se a região será alvo de uma ou várias incursões de atores múltiplos e diversos, e até que ponto as lógicas de conflito tenderão a prevalecer ou, ao invés, a esmorecer face às tendências de cooperação entre as ‘equipas da casa’ e os ‘visitantes estrangeiros’, e entre estes últimos inclusive.

Num espaço onde as regiões do Sul são atualmente protagonistas de uma reconfiguração geopolítica, a China pode e deve lançar a sua âncora num cenário geoestratégico onde as potências Ocidentais estão a perder terreno, ou simplesmente têm como enfoque prioritário outras áreas do planeta. Acreditamos também que a China pode ter um papel ativo na construção de uma estratégia integrada para o Pacífico Sul, promovendo a cooperação em outras frentes que não apenas as vocacionadas para a economia. Por muito discretos e pacíficos que sejam os contornos do *going abroad* chinês, seria, porém,

inconcebível que uma potência tão grande – do ponto de vista econômico, demográfico e territorial – não se preocupasse com desafios prementes quer do ponto de vista doméstico, quer externo. Temas como a segurança alimentar, a par da segurança energética, ou inclusive, da afirmação do poder naval, são desafios de natureza nacional. Ignorar tais fatores é escamotear a realidade. Contudo, tal não justifica que as incursões chinesas no Pacífico Sul devam ser vistas como uma ‘ameaça’ quer para os EUA, quer para potências como a Austrália ou a Nova Zelândia. Até porque a literatura acerca desta temática aponta para o contrário, ao desvalorizar o potencial efeito ‘perturbador’ da China no quadro dos interesses geoestratégicos norte-americanos e australianos.

Parece ser, portanto, prematuro especular-se acerca da emergência de uma China revisionista e contestatária, que concebe a afirmação naval enquanto instrumento privilegiado para reverter o

jogo do poder mundial em seu próprio benefício. Na verdade, comungamos de uma visão moderada, cara ao construtivismo, que admite a possibilidade de cooperação entre a superpotência chinesa em gestação e a superpotência mundial *de facto*, os EUA. Ao nível geopolítico, esta visão de pendor mais construtivista que realista significa que a profecia de Chang Sen pode não estar longe da realidade, na medida em que se revela, quiçá, "contraproducente qualquer especulação acerca de uma potencial rivalidade entre grandes potências na região", ou inapropriado falar de um "jogo de soma nula", que obrigue os Estados do Pacífico a terem de optar irremediavelmente entre Pequim ou Washington (2015, p.12). Não obstante, a única certeza de que comungamos é a de que em geopolítica o devir dos acontecimentos é incerto, e, por vezes, mais célere do que qualquer previsão, como atestam, entre outros, o colapso da União Soviética ou a ‘Primavera Árabe’.

---

## **Bibliografia**

Brady, Anne-Marie (2010). *Looking North, Looking South: China, Taiwan and South Pacific*. Series on Contemporary China, v.26, Singapore, 299p.

Buchanan, Paul (2009). “China steps into Pacific Power Vacuum”. *Pacific Islands Report*, September 17, <http://archives.pireport.org/archive/2009/September/09-18-cm.htm> [Accessed 8 Jul. 2015].

Chang Sen, Yu (2015). "The Pacific Islands in Chinese Geo-strategic Thinking". National Center of Oceania Studies, Paper presented to the conference on National University of Samoa, 25-27 February, pp.1-19.

China Daily (2015). "'Belt and Road' takes new route". April 15, [http://usa.chinadaily.com.cn/epaper/2015-04/15/content\\_20440553.htm](http://usa.chinadaily.com.cn/epaper/2015-04/15/content_20440553.htm). [Accessed 9 Jul. 2015].

Colucci, L. (2015). "Beijing's Drive to Become a World Naval Power". National Review, May 28, <http://www.nationalreview.com/article/418959/beijings-drive-become-world-naval-power-lamont-colucci> [Accessed 11 Jul. 2015].

Costa, M.; Sharp, R. (2011). "The Pacific Island Countries: Fiji, Papua New Guinea, Samoa, Solomon Islands, Vanuatu and Tuvalu". Gender Responsive Budgeting in the Asia Pacific Region, pp.1-19.

Lintner, B. (2006). "Chinese Advance in the South Pacific: Entrepreneurs Undaunted by Papua New Guinea Dangers". Japan Focus, <http://www.japanfocus.org/-Bertil-Lintner/2288/article.html> [Accessed 11 Jul. 2015].

Loudon, T. (2008). "ASIA-PACIFIC: China's power projection in Fiji". News Weekly, October 11, <http://newsweekly.com.au/article.php?id=3612> [Accessed 12 Jul. 2015].

Schofield, C. (2010). "The Delimitation of Maritime Boundaries of the Pacific Island States". Paper presented at the Proceedings of International Seminar on Islands and Oceans 2010, Tokyo, 20-22 January, pp.154-169.

Wallis, J. (2012). "The dragon in our backyard: the strategic consequences of China's increased presence in the South Pacific". The Strategist, 30 August, [www.aspistrategist.org.au/the-dragon-in-our-backyard-the-strategic-consequences-of-chinas-increased-presence-in-the-south-pacific/](http://www.aspistrategist.org.au/the-dragon-in-our-backyard-the-strategic-consequences-of-chinas-increased-presence-in-the-south-pacific/) [Accessed 13 Jul. 2015].

White, H. (2014). "The West no longer rules the waves in Asia". Canberra Times, February 18, [www.canberratimes.com.au/comment/the-west-no-longer-rules-the-waves-in-asia-20140217-32w6g.html#ixzz3ggHxHJth](http://www.canberratimes.com.au/comment/the-west-no-longer-rules-the-waves-in-asia-20140217-32w6g.html#ixzz3ggHxHJth) [Accessed 13 Jul. 2015].



Worley, W. (2006). "Building ties that bind? The role of Central Asia in Chinese oil security", Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association, Town & Country Resort and Convention Center, San Diego.